COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** FEIJÃO

O governo acaba de autorizar a importação de, no máximo, 150 mil ton de feijão preto. É curioso que, após a normalização iniciada no começo de março, o abastecimento do mercado tenha se tornado novamente precário.

No final de fevereiro, o governo autorizou um reajuste para os preços do produto. Este fato, somado ao início da comercialização da safra paranaense, parecia explicar o aumento da oferta ocorrido em março. Na verdade, muito pouco feijão paranaense entrou no mercado nessa época. A oferta se constituía, basicamente, do feijão importado que se encontrava estocado à espera do reajuste anunciado. Fica claro, portanto, que o aumento de preços concedido pelas autoridades não atendeu às reivindicações dos produtores, cuja safra vem sendo colocada no mercado paralelo, onde a cotação da saca de 60 kg já alcançou Cr$ 450,00 no atacado. O preço da tabela, no varejo, é de Cr$ 432,00.

Em torno desses fatos, arma-se um círculo vicioso que só pode ser rompido com a liberação de preço do produto. Enquanto a medida não se concretiza, o produtor atende ao mercado paralelo, aliás bastante ativo porque a produção brasileira nesta temporada está aquém da demanda. Por outro lado, a variável mais importante para a expansão da produção é o preço de mercado, cujo tabelamento reverte as expectativas de lucro do agricultor. Não existe, portanto, estímulo à expansão da área plantada, agravando o problema do abastecimento futuro do mercado. A situação se complica ainda mais, quando se considera que o preço de importação da leguminosa está se tornando gravoso, exatamente pela pressão que o Brasil exerce atualmente sobre a oferta mundial.

A resistência das autoridades em liberar os preços do produto, devido à compreensível preocupação com o reflexo sobre o índice de preços, agrava o problema e não impede que a taxa de inflação real sofra os efeitos dos preços praticados no mercado paralelo.

A própria liberação de preços é solução transitória porque apenas adequaria a quantidade demandada a uma oferta insuficiente. A atual crise é, principalmente, o reflexo de um problema estrutural que vem se arraigando ano a ano. A solução definitiva parece estar na criação de um programa de incentivo à lavoura do feijão cujas primeiras preocupações sejam, de um lado, a pesquisa de novas variedades mais produtivas,e de outro lado, um firme comprometimento das autoridades com a manutenção de uma margem de lucro ao produtor, compatível com o alto risco da cultura.

*** PECUÁRIA LEITEIRA

O País sofre, atualmente, da escassez de leite,para consumo "in natura", e de dados estatísticos sobre a profundidade da crise. Naturalmente, a escassez de estatísticas alimenta e protege a escassez do produto.

Alguns fatos são certos. Em primeiro lugar, a estiagem prolongada reduziu efetivamente a produção leiteira nos últimos meses. Mas a escassez provocada pela estiagem, curiosamente, só afetou o fornecimento do produto tabelado (o leite tipo C), ainda que a sua substituição por leite B, cujo preço é praticado livremente, tivesse pressionado fortemente o consumo deste último tipo de leite. Não tem faltado queijo nem leite em pó; estes últimos produtos obtiveram recentemente reajustes de preço, junto ao CIP, de 21% e 14%,respectivamente.

Em segundo lugar, a descapitalização da pecuária leiteira vem se agravando há alguns anos apesar dos visíveis esforços das autoridades em contornar o problema. Em contraste, não se fala em crise da indústria de processamento. Esse segundo fato vem casado com as crescentes facilidades de importação de leite em pó, cujo volume, este ano, superará todos os recordes anteriores. Evidentemente,à indústria não interessa a origem do leite, e sim, o seu preço de aquisição. Se os fornecedores estrangeiros vem subsidiando o preço do leite que importamos, tanto melhor. Tanto pior, entretanto, para a saúde precária do nosso balanço comercial, e para o futuro dos pecuaristas nacionais.

Em terceiro lugar, também é certo que a atual po-